

A HISTÓRIA NA INTERSEÇÃO ENTRE O ENSINO E A PESQUISA: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

THE HISTORY AT THE INTERSECTION BETWEEN THE TEACHING AND RESEARCH: REFLECTIONS ABOUT A TEACHING EXPERIENCE AT FEDERAL PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Rogério Chaves da Silva*
rcmabr@gmail.com

RESUMO: O presente artigo traz à lume uma reflexão acerca de uma experiência docente como professor de história em cursos de Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Revolvendo determinadas vivências de cunho pedagógico e historiográfico, intenta-se discutir algumas experiências como professor desse componente curricular nas quais se buscou convergir o ensino de história, priorizando o enfoque em história regional e local, com a prática da pesquisa histórica.

PALAVRAS CHAVE: Ensino e Pesquisa em História, Experiência Docente, Educação Profissional.

ABSTRACT: This present paper reflects about a teaching experience as a History teacher at the Highschool courses in Federal Professional and Tecnological Education. From certain experiences of pedagogical nature this study examines as a teacher of the curricular componente that converges the teaching of History. For doing that the strategies prioritize the place and regional History with the History research practice.

KEYWORDS: Teaching and research in History, Teaching experience, Professional Education.

1. Introdução

Desde que iniciei o ofício como professor de história, lá no crepúsculo da década de 1990, uma preocupação sempre rondou as reflexões sobre minha atuação como docente desse componente curricular de ciências humanas: como aliar ensino de história com a prática da pesquisa histórica? Enunciando com maior clareza: como inserir na prática de sala de aula atividades que envolvessem tanto a explicação sobre os fenômenos humanos do passado em estudo quanto a análise de fontes históricas relacionadas ao tema em questão, vislumbrando, assim, a problematização de determinadas interpretações e conceitos atinentes ao que estava sendo objeto de discussão. O objetivo pedagógico subsumido a essa preocupação era (e ainda é) o de demonstrar aos alunos como, e por meio de quais operações metodológicas e analíticas, historiadores e outros estudiosos do passado humano elaboram narrativas acerca dessas experiências pretéritas que estudamos em sala de aula e como as interpretações acerca desses fenômenos humanos são sustentadas em fontes

* Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Avançado de Hidrolândia (IFGO-Hidrolândia).

históricas. Outro escopo importante dessa estratégia era de mostrar a eles que essas interpretações não são únicas, pois consistem em diferentes perspectivas sobre um determinado acontecimento histórico.

Essa inquietação vem acompanhada do intento de propiciar aos alunos certa clareza (considerando, é claro, os limites de compreensão em se tratando de Educação Básica) de como são esses procedimentos de pesquisa e interpretação histórica e, também, de demonstrar que eles poderiam, em sala de aula, praticar esse exercício metodológico uma vez estando de porte de uma documentação histórica. Outro aspecto fundamental alojado nessa preocupação diz respeito a um problema colocado pelo professor Luis F. Cerri concernente ao distanciamento entre a história ensinada na escola e a história produzida na academia: “[...] a história na escola é um tipo de conhecimento histórico qualitativamente diferente daquele conhecimento produzido pelos especialistas acadêmicos, e, mais que isso, são ambos apenas parcelas do grande movimento social que é pensar historicamente, e não a forma de fazê-lo” (CERRI, 2011, p. 50)

Certamente, a baixa carga horária destinada ao componente curricular de história nas séries da Educação Básica, em geral, duas a três aulas por semana, sempre se colocou como um óbice a essa pretensão pedagógica e historiográfica. Além disso, a obrigatoriedade de cumprimento do famigerado currículo escolar, uma pressão exercida constantemente por algumas coordenações pedagógicas, notadamente em instituições privadas de ensino, frustrava ainda mais essa intenção. A indispensabilidade de cumprir o longo itinerário formativo destinado à disciplina de história, para cada série dos ensinos fundamental e médio, acabava dificultando a concretização desse trabalho de contato, pelos alunos, com o documento histórico, tendo em vista que se trata de um procedimento pedagógico que exige mediação e intervenção constante do professor, o que demandava (e ainda demanda) muito tempo das aulas desse componente curricular.

Quando ingressei como docente na Rede Federal de Educação Profissional avistei uma possibilidade de concretização desse antigo alvo pedagógico. Na época, início do ano de 2008, a Rede Federal ainda era composta, predominantemente, pelas chamadas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (os CEFET’s). Ministrando disciplinas técnicas voltadas para as humanidades (como, exemplo, ética profissional, organização e mobilização comunitária, dentre outras), mas,

precipuaente, atuando como professor de História em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, percebi que tinha maior flexibilidade e autonomia no tocante à definição do currículo da disciplina e, assim, maior condição para empregar essa metodologia de ensino, embora a carga horária, geralmente, destinada ao componente curricular de História continuasse baixa.

Outro caminho, ainda mais viável, que se pavimentou em favor dessa proposta de aliar ensino de história com pesquisa histórica, veio com a criação dos Institutos Federais. No entardecer do ano de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro, houve a implantação da chamada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a consequente criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em meio a esse processo, os Institutos Federais (IFs), que foram equiparados, conforme o artigo 2º dessa mencionada lei, às Universidades Federais, investiram-se do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, os IFs se estruturaram, do ponto de vista organizacional, em Reitoria e Pró-Reitorias. Dentre essas, uma Pró-Reitoria voltada para pesquisa. A partir de então, uma das prerrogativas das chamadas Pró-Reitorias de Pesquisa foi estímulo destinado à prática de pesquisa científica no interior dos IFs. Para isso, buscou-se recursos por meio de órgãos de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ou também recursos provenientes do orçamento dos próprios institutos. No âmbito da educação profissional técnica de nível médio, essa política de incremento à pesquisa na Rede Federal foi viabilizada por meio de programas de iniciação científica no Ensino Médio os PIBIC's.

Foi no interior desses programas de incentivo à pesquisa científica no Ensino Médio que consegui viabilizar, de forma mais efetiva, nos diferentes Institutos Federais nos quais trabalhei, essa pretensão de convergir ensino de história com pesquisa histórica, sobretudo, envolvendo alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Serão essas experiências específicas como docente, nas quais busquei aliar ensino e pesquisa em história, que tratarei ao longo desse artigo. Antes, porém, julgo ser importante pensar um pouco sobre a natureza dos cursos de educação profissional nos quais procurei colocar em prática essa pretensão pedagógica e, ao mesmo tempo, historiográfica.

2. Ensino Médio Integrado: concepções acerca de um importante locus de atuação docente na Rede Federal

Com o advento do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes para a Educação Profissional no Brasil, principalmente no que tange à educação profissional técnica de nível médio. O Artigo 4º desse dispositivo jurídico versava sobre a criação de cursos técnicos de nível que seriam desenvolvidos de modo articulado com o Ensino Médio, principalmente a partir de três formas: integrada, concomitante e subsequente. Posteriormente, esse decreto foi regulamentado pela Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008, a qual ratificou essas modalidades de cursos técnicos de nível médio oferecidos pelas instituições de ensino da Rede Federal. Os artigos 36-B e 36-C dessa lei mencionada, que se constituíram na Seção IV-A da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), definiram as características desses cursos:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino médio;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio; [...]

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno. (BRASIL, 2008a)

A própria lei que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Lei nº 11.892/2008, mais precisamente o artigo 7º que trata dos objetivos dos Institutos Federais, confirmou a importância desses cursos ao estabelecer, no inciso I, que essas instituições têm com um de seus principais objetivos “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. (BRASIL, 2008a).

Para as reflexões inscritas a esse texto, importa realçar o inciso I do Art. 36-C da Lei 11.741/2008, que norteia a articulação, de forma integrada, entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, de modo que se atenda a formação geral dos estudantes e, ao mesmo tempo, propicie a preparação para uma habilitação profissional. O núcleo dessa proposta educacional, subsumida aos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, denominados, comumente no circuito dos IFs, como cursos de “Ensino Médio

Integrado" (EMI), reside na tentativa de superar o modelo de ensino em que a preparação para o trabalho esteve voltada apenas para o seu aspecto operacional.

Priorizando a formação integrada, a qual articula ensino voltado para os conhecimentos científicos, possibilitados pela Base Nacional Comum, com o ensino técnico, viabilizado pelas disciplinas ditas técnicas, o alvo pedagógico é integrar, efetivamente, a educação geral com a educação profissional. A reflexão seguinte, de autoria da professora Maria Ciavatta (2005), elucida alguns princípios inscritos à formação integrada:

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (CIAVATTA, 2005a, p. 02)

Naquele contexto de concepção dos documentos basilares à sedimentação do Ensino Médio Integrado na Rede Federal, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), elaborou o documento base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Técnico. Para além de uma concepção de educação profissional baseada na preparação para o exercício do trabalho, esse documento base concebeu, com vistas a possibilitar a formação integrada, o trabalho como princípio educativo, sem desvincular de uma formação também voltada para a ciência, a cultura, as artes e a cidadania:

Considerar o trabalho como princípio educativo equivale a dizer que o ser homem é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social (BRASIL/MEC/SETEC, 2007, p. 45)

Historicamente, a discussão acerca da educação integrada tem como preocupação central a superação da dicotomia trabalho manual versus trabalho intelectual. No Brasil, a constituição do dualismo entre trabalho manual e o intelectual tem suas raízes históricas fincadas em uma sociedade de herança cultural ibérica e escravocrata, em que o trabalho manual era tratado como "inferior", "subalterno", papel do escravo. Do ponto de vista institucional, somente no século XX é que a educação das camadas sociais menos

privilegiadas se tornou uma efetiva preocupação do Estado, notadamente, quando o problema do analfabetismo passou a ser encarado como um desafio governamental. No interior desse cenário político e educacional, configurou-se uma dicotomia entre a educação voltada para as elites e o modelo destinado às classes desvalidas: a formação intelectual era monopolizada pelas elites dirigentes, enquanto a preparação para o mundo do trabalho era dirigida aos desamparados.

Tal concepção implicava na distinção entre os que concebiam e controlavam o processo de trabalho e aqueles que o executavam. O ensino profissional era destinado àqueles que deviam executar, ao passo que o ensino científico-intelectual era voltado àqueles que concebiam e controlavam o processo. A perspectiva da formação integrada, preconizada pelo Decreto nº 5.154/2004 e ratificada pela Lei nº 11.741/2008, veio se contrapor a essa ideia, postulando que o processo de trabalho desenvolva, em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais, desse modo, valorizando a dimensão social do processo educacional:

[...] ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável - em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino - mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 44).

Um pressuposto importante dessa concepção formativa é que ela não deve pavimentada a partir de duas vias distintas: trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Trata-se de uma formação educacional que valoriza a concomitância das competências cognitivas com as laborais. Nesse sentido, a formação integrada entre o ensino geral e a educação profissional exige a superação das históricas dualidades impostas entre cultura geral e cultura técnica, entre ensino médio propedêutico e ensino profissionalizante, para assim, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de modo a preparar profissionais também capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Em suma, a educação profissional, articulada à escolarização básica, constitui um processo formativo integral que intenta compreender a problemática social em que os jovens estão inseridos como sujeitos de direitos e de ações na sociedade. Ao mesmo tempo, procura contribuir para a inserção deles na vida adulta e no mundo do trabalho como

cidadãos e sujeitos autônomos. De acordo com esse postulado educacional, a apropriação de saberes e conhecimentos, referentes à ciência e à cultura, precisa possibilitar ao futuro trabalhador a percepção da complexidade do mundo em que vive e, de igual forma, viabiliza sua preparação para as exigências da vida profissional.

Inspirado nessa perspectiva da formação integrada é que foram concebidos, em momentos distintos de minha atuação como docente na Rede Federal, alguns projetos de iniciação científica em que se contou com a participação de alunos de cursos de Ensino Médio Integrado. Esses projetos de pesquisa estiveram voltados para a investigação de temas relacionados à história regional e/ou local, os quais foram abordados em sala de aula, muitas vezes à revelia dos currículos pré-estabelecidos, tanto antes da realização da pesquisa em si, quanto depois da investigação histórica finalizada.

3. Praticando História na intersecção entre ensino e pesquisa

Uma realidade educacional que me deparei tanto no município de Paraíso do Tocantins, onde atuei no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), quanto em Hidrolândia-GO, trabalhando no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), foi a falta de conhecimento que grassa entre os estudantes sobre a história do estado, mas, sobretudo, acerca da história da cidade em que viviam (vivem). Bastava um simples questionamento sobre algum episódio ou sujeito relacionado à história do município para verificar o quase completo desconhecimento sobre acontecimentos pretéritos e sujeitos que foram partícipes da trajetória histórica desses lugares.

Consciente de que essa falta de conhecimento acerca da história regional e local, possivelmente, seria em razão do fato de que esses alunos pouco ou nunca tivessem estudado sobre a história da região onde viviam, uma das primeiras iniciativas tomadas, em ambos os institutos, foi estudar a história desses municípios. Não obstante, a maior dificuldade que me deparei, também, em ambas as cidades, foi a escassez de trabalhos, sejam acadêmicos ou memorialísticos, que versassem sobre a história tanto de Paraíso do Tocantins quanto do município de Hidrolândia-GO. Certamente, residia nessa carência de pesquisas e de material de estudos sobre a história dessas cidades outro óbice para que os professores de história desses municípios, nos quais me incluo, pudessem tratar de história local em suas aulas.

Diante dessa escassez de trabalhos históricos e de material de estudo que pudessem subsidiar a realização de aulas voltadas, sobretudo, para história local, procurei, em um segundo momento, localizar e visitar os habitantes mais antigos desses municípios com o intuito de conhecer, a partir de registros de memória, um pouco da história dessas localidades. Vale ressaltar que desse contato nasceram amizades respeitadas e salutares. Posteriormente, decidi que seria importante, como historiador e como professor de história, investigar, por meio de procedimentos metodológicos típicos dessa disciplina científica especializada, a história desses municípios para que pudesse contribuir com a construção de conhecimento histórico sobre o passado regional/local. Somado a isso, poderia envolver alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nesses empreendimentos científicos e, assim, concretizar o antigo anseio de aliar pesquisa histórica com ensino de história, tendo em vista que a finalidade última dessa proposta era retornar à sala de aula com os resultados dessas pesquisas.

Partindo dessa perspectiva, nos tópicos seguintes desse texto, discutirei alguns dos projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com alunos de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFTO e do IF Goiano e que propiciaram a concretização de importantes estratégias situadas na interseção entre ensino e pesquisa em história. Os objetivos inscritos a esses projetos eram: possibilitar a estudantes de Ensino Médio o acesso e contato com fontes históricas referentes ao passado da cidade onde viviam; exercitar procedimentos metodológicos de uma pesquisa histórica (seleção, crítica e interpretação de documentos); produzir narrativas sobre a história desses municípios; oportunizar a esses alunos a condição de apresentar essas pesquisas em eventos científicos; viabilizar a elaboração de aulas sobre história local com base na documentação histórica garimpada por meio dessas investigações científicas; integrar formação geral com a profissional na medida que colocaram em prática conhecimentos adquiridos na formação profissional que estavam cursando; enfim, convergir formação integrada com pesquisa e ensino em história.

3.1. “Uma Visão do Paraíso”: história e memória de Paraíso do Tocantins

Como já mencionado, o interesse de pesquisa pela história de Paraíso do Tocantins emergiu quando, trabalhando com estudantes do município, ficou evidente a falta de conhecimento sobre a história da própria cidade onde viviam. Com a publicação de um

edital voltado para o programa de iniciação científica no Ensino Médio, em 2010, julguei ser importante envolver, nesse empreendimento científico, estudantes interessados em investigar a história local. Esse “resgate” da história de Paraíso do Tocantins seria mediado por um diálogo específico: o da história pesquisada por mim e, também, por estudantes de Ensino Médio no contato com os documentos oficiais, imagéticos, jornalísticos e, precipuamente, a partir de registros da memória de pioneiros do município que à época estavam vivos.

Esse projeto vislumbrou, ainda, a integração entre formação geral e educação profissional, pois, considerando que as bolsistas eram estudantes do curso técnico em informática integrado ao Ensino Médio, aplicariam muitos conhecimentos adquiridos durante o curso técnico na formulação de um site destinado à divulgação da história de Paraíso do Tocantins. O título principal atribuído ao projeto e ao site foi: “Uma Visão do Paraíso: história e memória de Paraíso do Tocantins”. A escolha desse título poderia dar a impressão especiosa de que se estaria remetendo à célebre obra de Sérgio Buarque de Holanda, “Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil”. No entanto, o uso do artigo indefinido (“uma”) indicava que aquela pesquisa, materializada em um sítio digital, não se encerrava “na visão”, mas se tratava “de uma visão”, carregada de subjetividades (seja na escolha dos temas, na edição das entrevistas, nas fotografias selecionadas, nas narrativas produzidas, no próprio conteúdo do site) diretamente ligadas aos sentidos impressos pelos pesquisadores envolvidos na investigação. Além disso, a utilização do vocábulo “Paraíso” não se refere ao contexto e nem ao território trabalhado por Sérgio Buarque, mas se destinava a uma apropriação terminológica tendo em vista que o objeto de estudo era a cidade de Paraíso do Tocantins.

Em relação à sustentação teórica da investigação, as alunas tiveram o contato, sob a mediação do orientador, com capítulos específicos das obras de Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff e Eclea Bosi, mormente para empreenderem leituras sobre as diferentes acepções teóricas acerca do(s) conceito(s) de memória. Do ponto de vista metodológico, as bolsistas, também sob minha orientação, pesquisaram fontes escritas (oficiais e privadas), iconográficas e orais. Foram visitados arquivos públicos, sobretudo da Prefeitura e da Câmara Municipal. Buscou-se documentos sob a salvaguarda de particulares, principalmente imagéticos. Não obstante, a pesquisa foi alicerçada, precipuamente, em registros orais. Ao

longo da investigação, várias entrevistas foram realizadas com alguns dos habitantes mais antigos de Paraíso que ainda estavam vivos. É importante ressaltar que àquela época não havia a obrigatoriedade de submissão do projeto a um Comitê de Ética que regulasse a pesquisa científica com seres humanos na instituição.

Como principal resultado haurido dessa pesquisa, além, é claro, da fatura de documentos históricos que subsidiaram minhas aulas sobre história local, as três alunas do curso técnico em informática integrado ao Ensino Médio, bolsistas do projeto, confeccionaram um site voltado para a divulgação da história de Paraíso. A página foi hospedada, durante um curto período, pelo site do IFTO Campus Paraíso do Tocantins. A página inicial (*home*) trazia um breve texto elaborado pelos pesquisadores envolvidos no projeto sobre a história de Paraíso do Tocantins. Era um convite para que os visitantes navegassem pelo site. Nessa página inicial (figura 1), foi feita a organização de ícones a partir de diferentes eixos temáticos relacionados à história do município e que chamassem a atenção do visitante.



Figura 1 - Página inicial (*home*) do site “Uma Visão do Paraíso”

Fonte: autores da pesquisa, 2010

Os ícones temáticos, situados tanto na parte superior quanto à esquerda da página inicial, foram pensados da seguinte forma: “como chegar” mostrava a localização de Paraíso

no mapa do estado do Tocantins, bem como a possibilidade de trajeto via *google maps*; “brumas do passado” abrigava um material audiovisual em que continha trechos de várias entrevistas feitas com as(os) “pioneiras(os)” do município ao longo do projeto; “fabricando tradições” se referia às principais celebrações culturais do município (as quais falaremos no próximo projeto); “imagens pretéritas” consistia na exposição de uma galeria variada de imagens de Paraíso do Tocantins, bem como de alguns de seus habitantes, em diferentes momentos da trajetória da cidade; a “galeria de prefeitos” consistia em um acervo com a cronologia da administração municipal, desde a emancipação de Paraíso (antigo Paraíso do Norte de Goiás) e com fotos dos políticos que ocuparam o cargo de prefeito; “registros da história” se tratava de imagens de alguns documentos históricos oficiais selecionados e que os pesquisadores julgaram ser interessante disponibilizar ao público; “narrativas do passado” abrigava textos temáticos produzidos pelas pesquisadoras e orientador versando sobre alguns temas referentes à história do município; “símbolos paraisenses” continha explicações e imagens referentes à bandeira e ao hino municipal; “aspectos geográficos” trazia informações sobre importantes elementos geográficos de Paraíso.

Havia ainda um ícone voltado para curiosidades. Intitulado “como era/como está”, essa seção apresentava fotos antigas e atuais de algumas localidades de Paraíso, sempre privilegiando o mesmo ângulo para demonstrar as diferenças estabelecidas, ao longo do tempo, naquelas paisagens culturais. O tópico “você sabia” estava voltado para algumas curiosidades presentes na história do município, como o fato de que a cidade já havia abrigado um cinema, o que não mais estava disponível para a população. Os dois outros ícones estavam destinados à interação entre visitantes e organizadores do site (“papel de parede” e “mural de recados”), bem como as informações atinentes ao projeto que concebeu a formulação daquele sítio digital (“quem somos” e “agradecimentos”).

Os resultados desse projeto alcançaram grande receptividade no instituto e, também, na cidade, sobretudo por seu caráter, extremamente, visual e interativo. Foi importante apresentar esses resultados da investigação em escolas públicas e privadas do município, bem como em alguns eventos de iniciação científica. A pedra de toque dessa pesquisa foi que, embora calcada em uma investigação científica sustentada metodologicamente, construída a partir do contato com fontes históricas, ela se colocou para além de uma prática puramente acadêmica, pois não se restringiu à elaboração de um

artigo científico. Produziu-se um material digital, que privilegiou uma fisionomia visual, mas que não se esquivou de apresentar conteúdo ancorado em fontes históricas. Ademais, não só possibilitou integração entre cultura geral e formação profissional, como também viabilizou o diálogo entre pesquisa e ensino de história.

3.2. “Inventando tradições: um estudo histórico sobre as principais celebrações culturais de Paraíso do Tocantins”

“Inventando tradições: um estudo histórico sobre as principais celebrações culturais de Paraíso do Tocantins” foi outro projeto de pesquisa concebido no seio do IFTO e gestado a partir da percepção sobre a escassez de estudos, àquela época, relacionados à história de Paraíso. Também foi desenvolvido em conjunto com estudantes do curso técnico em informática integrado ao Ensino Médio. A pesquisa em tela tinha como escopo a realização de um estudo histórico sobre algumas das mais importantes celebrações culturais ocorridas em Paraíso do Tocantins, à saber: a Semana Santa e a tradicional procissão à capela existente na serra do estrondo; a Exposição Agropecuária no mês de junho e sua habitual “cavalgada” pelas principais ruas da cidade; as paradas cívicas que solenizavam o dia da independência do Brasil (07 de setembro) e o aniversário de emancipação do município (23 de outubro).

Neste sentido, intentou-se investigar as significações simbólicas atribuídas pela população a esses eventos ritualizados na história de Paraíso do Tocantins. Nesse empreendimento científico, os bolsistas, sempre com a companhia do orientador, pesquisaram, principalmente, fontes iconográficas (fotografias e vídeos). A ideia inscrita a essa investigação era de que o conteúdo histórico levantado ao longo da pesquisa pudesse subsidiar o ícone “fabricando tradições” que estaria presente no site “Uma visão do Paraíso”. Além disso, como os três bolsistas envolvidos nesse projeto eram também alunos do curso técnico em informática integrado ao Ensino Médio, eles poderiam trabalhar em conjunto com as bolsistas do outro projeto na confecção do site voltado para a divulgação da história de Paraíso. Nesse projeto, também, residia a intenção de articular formação geral, propedêutica, com a educação profissional, propiciando a esses estudantes-pesquisadores não só uma reflexão sobre a história e cultura da cidade na qual nasceram e vivem, mas também de aplicar conhecimentos adquiridos no curso técnico em informática.

Do ponto de vista teórico, esses alunos empreenderam leituras de capítulos específicos da obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger envolvendo a problemática da “invenção das tradições”, bem como os trabalhos de Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva relacionados à discussão acerca da(s) identidade(s). Essas leituras foram sucedidas de discussões com o orientador acerca dessas temáticas. No tocante aos procedimentos metodológicos, eles exploraram, com a supervisão do orientador, fontes escritas, precipuamente, documentos oficiais; fontes orais, realizando entrevistas com as pessoas que idealizaram ou que participaram dessas celebrações em questão; mas, sobretudo, lidaram com muitas fontes iconográficas que foram produzidas durante esses eventos em diferentes momentos da história de Paraíso.

É importante realçar, porém, que o uso do vocábulo “invenção” e suas derivações (“inventada”, “inventadas”) no título do projeto não se trata de uma apropriação terminológica voltada para o sentido ficcional ou pejorativo da expressão, como algo que foi imaginado, confabulado ou inventado com astúcia ou má fé. Segundo Albuquerque Júnior (2007), o recorrente uso do vocábulo “invenção”, no âmbito da historiografia, indicia mudanças paradigmáticas no campo da produção do conhecimento histórico. Ao disporem da palavra “invenção”, os historiadores se referem a uma “temporalização dos eventos e dos sujeitos, podendo se referir tanto à busca de um dado momento de fundação ou de origem, como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 19). O vocábulo “invenção” se destina, também, a explicação de “uma dada ruptura, a uma dada cesura ou a um momento inaugural de alguma prática, de algum costume, de alguma concepção, de algum evento humano” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 20).

Conforme Hobsbawm e Ranger, quando nos referimos às tradições inventadas, ressaltamos um “conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com relação ao passado” (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 09). Neste sentido, as tradições inventadas têm funções políticas, sociais e/ou culturais em determinados contextos. Nesse exercício de inventar tradições, geralmente realizado pelos governos, grupos étnicos, religiosos, culturais, movimentos sociais, dentre outros, os comportamentos sociais obedecem a regras aceitas e internalizadas pelo senso comum,

comportamentos estes de natureza ritual ou simbólica, sempre com a finalidade de instituir valores, criando uma ligação com o passado, seja para validar a tradição em questão, seja para dar continuidade a um fenômeno que ocorreu no passado. Logo, uma vez inventadas, as tradições amparam-se no passado e, através de repetição, acabam formando sentimentos de pertença, unindo membros por laços de identidade cultural, não importando quão eles possam ser em termos de classe, gênero ou etnia.

Debruçando sobre a história do município, as principais celebrações culturais da cidade de Paraíso do Tocantins identificadas foram: a procissão na Semana Santa à serra do estrondo, a cavalgada ocorrida durante a exposição agropecuária, bem como os desfiles de 07 de setembro, independência do Brasil (figura 2) e de 23 de outubro, que comemora a emancipação de Paraíso. Constatou-se que essas celebrações se constituíram em tentativas de produção de marcos simbólicos, produtores de tradições que demarcassem a trajetória histórica da cidade. Apropriando-se de eventos fundantes e celebrizados na história nacional e cristã, como o dia da Independência e a Semana Santa, e os amalgamando com acontecimentos singulares do município, a exposição agropecuária e o dia da emancipação de Paraíso, alguns paraísenses procuraram emoldurar esses eventos com contornos áureos para caracterizá-los como típicos da cidade de Paraíso, contribuindo, assim, para a formação de um identidade local. Daí a importância de celebrá-los anualmente, contando com a participação de uma parcela significativa da população local e até de municípios circunvizinhos.



Figura 2 - Foto do desfile de sete de setembro em Paraíso do Norte de Goiás (1970)

Fonte: autoria desconhecida

É preciso, contudo, externar outras constatações aferidas ao final da investigação. Um primeiro elemento incontestado é que, naquela época, ano de 2010, a procissão à serra do

estrondo durante a Semana Santa e a cavalgada alcançavam uma repercussão muito maior do que os desfiles de 07 de setembro e de 23 de outubro. Considerando a significação religiosa da primeira celebração e o caráter festivo do segundo evento em pauta, pode-se inferir, apressadamente, como sendo isso a causa *mater* desse fenômeno. Entretanto, os pesquisadores entenderam que o próprio arrefecimento das balizas simbólicas, das celebrações, dos sentidos que marcavam essa identidade centrada na nação, nas representações sociais construídas na modernidade como o civismo, ajudavam a explicar essa mudança na relação dessas pessoas com o passado delas, portanto, com a tradição.

A diminuição do apelo que essas paradas cívicas causavam nos habitantes de Paraíso do Tocantins era sintoma de um fenômeno não só paraense, mas nacional, porque não dizer global. Essas construções simbólicas modernas, que pugnavam uma identidade unificada, estável, permanente, como é o caso do nacionalismo e suas derivações, escamoteavam as diferenças, as identidades fragmentadas, existentes no universo social. Celebrar a nação, solenizar a cidadania eram traços autênticos dessa perspectiva identitária moderna já em crise. Entretanto, isso não quer dizer que inexistiam, pois ainda subsistiam resíduos dessa prática, prova disso é que ainda celebravam essas datas fundantes da história nacional e local. Outro viés explicativo se assenta nas políticas educacionais. O fim do governo militar (que preconizava o estudo de história amparado em explicações construídas sob a ótica da história oficial, uma narrativa dos grandes personagens, dos grandes eventos, das datas importantes) marcou a decadência de um estudo de história voltado para as efemérides, para os grandes eventos e personagens. Isso, direta ou indiretamente, acabou influenciando no enfraquecimento do estudo desses marcos simbólicos em sala de aula e, em ato contínuo, contribuiu para que essas celebrações cívicas cada vez mais perdessem espaço como um campo de práticas no universo escolar.

Por fim, é imprescindível registrar que os resultados dessa pesquisa em questão subsidiaram, com importante conteúdo histórico, não só o ícone “Fabricando Tradições” como também “Narrativas do Passado” situados no site “Uma Visão do Paraíso”. Ademais, na tentativa de integrar formação geral com profissional, os alunos envolvidos nessa investigação também participaram na feitura desse site. Essa investigação científica ainda viabilizou o uso de outros documentos históricos importantes para a formulação de material didático utilizado aulas voltadas a história regional e local.

3.3. *“De distrito de Santo Antônio das Grimpas à terra de águas abundantes”*: uma história do município de Hidrolândia-GO (1896-1930)

Já como professor de história lotado no Campus Avançado Hidrolândia do Instituto Federal Goiano, novamente, deparei-me com a mesma situação enfrentada quando trabalhava no Campus Paraíso do IFTO: o notável desconhecimento por parte dos estudantes em relação à história regional e local. O desafio permanecia: era preciso conhecer a história de Hidrolândia-GO. Mais uma vez, a escassez de trabalhos historiográficos sobre a trajetória do município foi um obstáculo a realização desse estudo. As estratégias adotadas, então, foram semelhantes: identificar e visitar pessoas de mais idade e que poderiam propiciar ricos relatos sobre a história de Hidrolândia e, posteriormente, iniciar uma investigação científica voltada para o estudo acerca do passado desse município.

Novamente, os programas de iniciação científica viabilizaram a participação de alunos de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nesse empreendimento científico. Antigas pretensões se mantinham: propiciar a esses estudantes a prática da pesquisa histórica e o conhecimento acerca da história da cidade onde vivem, integrar formação geral com educação profissional e, sobretudo, viabilizar a produção de um material, baseado em fontes históricas, que pudesse auxiliar em aulas voltadas para o estudo de história regional/local.

Nesse sentido, foi submetido a um edital PIBIC o projeto intitulado “De Santo Antônio das Grimpas à cidade de terras abundantes: uma história do município de Hidrolândia (1896-1930)”, que contava com a participação, como bolsistas, de uma aluna e um aluno do curso técnico em manutenção e suporte em informática integrado ao Ensino Médio. Para se compreender as razões dessa delimitação temporal do projeto, é preciso conhecer, mesmo que brevemente, alguns momentos da história política de Hidrolândia.

A formação do povoado que, posteriormente, constituiria no município de Hidrolândia-GO remonta o final do século XIX, quando moradores das fazendas da região do Ribeirão das Grimpas ergueram uma capelinha simples para professarem sua fé cristã. Algum tempo depois, o senhor Joaquim Pereira Cardoso e sua esposa Maria Joaquina Duarte doaram terras para a formação de patrimônio, onde foi erigida uma capela (figura 03) maior em louvor a Santo Antônio. Ao redor dessa capela, cresceu um povoado, cuja constituição se

deu por meio de novas doações de terras feitas por outros proprietários como Manoel P. Cardoso, Ana Ricarda de Jesus, Maria Inácia Pereira e Maria José da Conceição. Logo, o povoado alcançou a condição de arraial. Por meio da Lei Municipal de 07 de abril de 1896, o arraial se tornou o Distrito de Santo Antônio das Grimpas, ligado ao município de Pouso Alto, atualmente Piracanjuba.



Figura 3 - Foto da antiga capela de Santo Antônio

Fonte: Foto cedida pela senhora M.T.M.S

No ano de 1930, com a vitória dos “revolucionários” em Goiás, liderados por Pedro Ludovico, uma comitiva de “grimpenses”, capitaneada pelo farmacêutico José Siqueira, foi até a capital do estado, Cidade de Goiás, para solicitar à Junta Governativa, composta por Pedro Ludovico Teixeira, Mário de Alencastro Caiado e Francisco Emílio Póvoa a emancipação do Distrito. Como Mário Caiado já havia sido juiz em Pouso Alto e conhecia a região de Santo Antônio das Grimpas, abraçou a causa dos “grimpenses” e intercedeu pela emancipação de Santo Antônio. Tal fato se realizou por meio do Decreto Estadual nº 454, de 24 de novembro de 1930, quando o distrito foi desmembrado de Pouso Alto, tornando-se município de Hidrolândia. O topônimo Hidrolândia (terra de boa água) foi sugerido por Mário Caiado que, por conhecer a região, sabia da abundância de águas que lá havia.

Com a emancipação de Hidrolândia, José Amâncio de Souza Pinto foi nomeado o primeiro prefeito do município. No entanto, a partir da construção da nova capital e, sobretudo, a partir da criação do município de Goiânia, em 1935, Hidrolândia perdeu a condição de município, tornando-se um dos distritos da nova capital, o Distrito de Grimpas. Na década de 1940, os “grimpenses” novamente se uniram em torno da causa de emancipação do distrito, tendo em vista que territórios menores e menos populosos foram emancipados naquele período. Atendendo a essa reivindicação, a Assembleia Legislativa votou, no dia 05 de novembro de 1948, a Lei Estadual nº 223 que criou, definitivamente, o município de Hidrolândia.

Devido à amplitude do objeto de pesquisa, decidiu-se que a delimitação temporal da investigação ficasse circunscrita ao período iniciado com a formação do Distrito de Santo Antônio das Grimpas, em 1896, até a primeira emancipação de Hidrolândia-GO, em 1930. Estabelecido o recorte temporal, os bolsistas, com o acompanhamento do orientador, buscaram documentos oficiais, cartorários, cartas, diários, memoriais, fontes iconográficas (fotografias, vídeos), além de registros orais para balizarem a investigação histórica. Como o projeto de pesquisa não foi submetido, antes do início das atividades previstas, ao Comitê de Ética, isso inviabilizou a utilização de fontes orais em termos de resultado da investigação. Na ocasião, foi pesquisada a documentação histórica presente no Arquivo Histórico Estadual e no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), além daqueles documentos presentes nos arquivos da Câmara e Prefeitura Municipal de Hidrolândia.

O contato com essas fontes históricas resultou na extração de informações espalhadas sobre a história de Hidrolândia, que, muitas vezes, não atendiam a possíveis pretensões de elaboração de uma narrativa cronológica sobre a trajetória histórica do município. Não obstante, embora sobre temas específicos, é inegável reconhecer que foram encontradas importantes fontes sobre a história do município, muitas desconhecidas de pesquisadores locais.

Mesmo com essas informações históricas esparsas, mas muito profícuas, foi possível elaborar, como produto da pesquisa, uma interessante narrativa historiográfica de caráter temático. No primeiro tópico do texto, intitulado “E assim tudo começou ... um povoado ... um distrito ... um município”, foi apresentado um breve histórico sobre a trajetória do município, desde a formação do povoado de Santo Antônio das Grimpas até a primeira emancipação ocorrida em 1930, quando o município ganhou o título de Hidrolândia-GO.

No tópico seguinte, denominado “um cemitério em meio ao largo da capela”, a partir da documentação encontrada, discutiu-se a presença de um cemitério paroquial que havia frente à antiga capela de Santo Antônio, onde, atualmente, localiza-se o Colégio Estadual Prof^a Augusta Machado e como histórias sobre cemitério povoam a memória dos habitantes locais. Posteriormente, na seção intitulada “entre nascidos, casados e mortos: delineando perfis sociais da população de Santo Antônio”, analisou-se importantes

informações sobre as características sociais da população local, além das taxas de nascimento, casamento e óbitos relativas ao início do século XX.

No tópico denominado “educação: um capítulo à parte na história de Hidrolândia”, discutiu-se, a partir de uma vasta e importante documentação encontrada, vários aspectos relacionados à educação ao longo da trajetória histórica de Hidrolândia como: frequência e quantidade de alunos por turma, as professoras que ministraram aulas desde à época de distrito, tipos de materiais utilizados, perfis das avaliações em diferentes momentos, ocasião de suspensão de aulas em razão de epidemia, contratação de docentes, fotos de turmas antigas que estudaram na primeira escola do município, dentre outros assuntos. Tratou-se de uma discussão extremamente rica em termos de informações sobre a história da educação em Hidrolândia.

No tema, “Um distrito a caminho da emancipação”, analisou-se, com base em algumas fontes oficiais, as discussões políticas em torno da emancipação do distrito de Santo Antônio das Grimpas e algumas das primeiras medidas administrativas tomadas no recém emancipado município de Hidrolândia. Na seção seguinte, “Mulheres e o direito ao voto em Hidrolândia”, analisou-se dois pedidos de alistamento eleitoral de mulheres hidrolandenses datados de 1934, dois anos depois da concessão do direito ao voto feminino no Brasil. Por fim, em “Uma história que se esvai: destruindo lugares de memória”, problematizou-se a paulatina destruição de casarões antigos na cidade de Hidrolândia-GO.

Com a realização dessa investigação científica, foi possível constatar que o município de Hidrolândia, antigo distrito de Santo Antônio das Grimpas, abriga uma história secular, repleta de episódios singulares e constituída por muitos sujeitos sociais que ajudaram a construir essa história. A despeito dessa trajetória histórica secular, ficou patente que muitos hidrolandeses, sobretudo os mais jovens, desconhecem completamente a história do próprio município onde vivem. Por isso, tencionou-se, com essa pesquisa histórica, recuperar as ações de sujeitos históricos, reconstruir acontecimentos marcantes, narrar trajetórias humanas, em suma, contribuir para a compreensão acerca da história de Hidrolândia. Mas é inegável que essa história local carece de outros projetos de pesquisa dessa natureza para que se possa contemplar outros períodos históricos e lançar luz sobre outros temáticas.

4. Considerações Finais

O intento nuclear deste artigo foi o de promover uma (auto)reflexão e, ao mesmo tempo, trazer para o debate algumas experiências vividas como professor de história na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, notadamente aquelas nas quais havia a pretensão manifesta de convergir ensino de história com pesquisa histórica. Essas vivências pedagógicas e historiográficas, materializadas em experiências em sala de aula e projetos de iniciação científica, buscaram valorizar a construção e a apreensão de conhecimento histórico a partir da prática efetiva da pesquisa histórica por estudantes de cursos de Ensino Médio Integrado. Mas o intento não era propiciar aprendizagem histórica a um círculo reduzido de alunos envolvidos nos projetos em questão, daí a relevância de se socializar os resultados desses empreendimentos científicos, principalmente por meio de um material de estudo que, elaborado a partir dos documentos históricos pesquisados, fosse destinado a suprir determinadas carências de conhecimento acerca da história dos lugares onde esses alunos viviam. Essa foi uma das maiores contribuições alcançadas com a realização desses projetos pesquisa voltados o estudo acerca da história regional e local.

Vislumbrou-se ainda, por meio dessas estratégias pedagógicas e historiográficas, articular temas relacionados à formação propedêutica com conhecimentos voltados à formação profissional, auxiliando para que esses alunos experimentassem um processo formativo integral. Para além dos temas voltados para as chamadas história geral e do Brasil, entendo que o estudo de história precisa contribuir, de forma mais efetiva, para que os alunos compreendam a realidade social e histórica em que estão inseridos, por isso a preocupação sempre presente de investigar, conhecer e ensinar história regional e local. É a partir das vivências ocorridas na região, no local onde se vive, que esses estudantes também constroem suas respectivas identidades. Nesse sentido, acredito que a inserção deles na vida adulta e no mundo do trabalho, como cidadãos ativos e sujeitos autônomos, passa pela apropriação de saberes e conhecimentos, referentes à ciência e à cultura, que possibilite a reflexão acerca da complexidade do mundo em que vivem, seja em nível mundial, nacional, como também local.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: A Arte de Inventar o Passado* – ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

BRASIL. *Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996.

BRASIL. *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2004.

BRASIL. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Técnico: Documento Base*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

BRASIL. *Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008*. Altera dispositivos da Lei nº 9.394/1996. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008a.

BRASIL. *Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008b*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008b.

CERRI, Luis F. *Ensino de História e Consciência Histórica: implicações didáticas e uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Revista Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 3, p. 1-20, 2005a.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, RAMOS, M. (org.). *Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições*. São Paulo: Cortez, 2005b.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. In: CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, RAMOS, M. (org.). *Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHIMIDT, Maria A; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de R. (org.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.